

**Comissão de Legislação, Justiça e Redação e
Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas**

**PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA
DO PROJETO DE LEI N.º 78/98**

I - RELATÓRIO

Apresentado pelo Prefeito, o Projeto de Lei n.º 78/98 visa criar e fixar o preço do uso de esgoto a partir de janeiro de 1999.

II - FUNDAMENTAÇÃO

1. Do Projeto de Lei n.º 78/98

O presente projeto de lei almeja criar e fixar o preço do uso de esgoto.

A redação é deficitária e não explicita de forma cristalina a preceituação pretendida.

2. Do serviço público

A própria mensagem do projeto explicita tratar-se da prestação de um serviço público.

O Município, ao prestar os serviços públicos, quando os considera de necessidade pública, ou seja, essenciais à vida das pessoas, coloca-os à disposição dos cidadãos, que utilizando ou não dos mesmos pagam o respectivo custo intermediário do tributo denominado taxa de serviços. Todavia, quando presta os serviços de utilidade pública, ou seja, aqueles que são úteis, mas não imprescindíveis, e os cidadãos têm a faculdade de utilizá-los não, cobra preço público quando da sua utilização, como, por exemplo, nos serviços de telefonia e outros.

O Supremo Tribunal Federal, no Recurso Extraordinário n.º 115.561, de Sorocaba-SP, deixou consagrado na ementa que:

“(...) conservação de rede de água e esgoto é serviço e não obra pública. Por ela pode o Município cobrar taxa, desde que, por lei, seja definido o fato gerador, fixadas a alíquota e a base de cálculo.”

Como se vê, ficou acenado pelo STF a taxa como instituto jurídico adequado para a cobrança do serviço de esgoto. Pois o mesmo é de

Comissão de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

utilização compulsória e não facultativa. O Tribunal de Justiça de Santa Catarina, no MAS 97.008338-6, ao enfrentar a questão da natureza da verba cobrada pelo serviço de esgoto, deixou consagrado na ementa que:

“Tributário – Serviço de Esgoto – Compulsoriedade – Remuneração por Taxa - Instituição pela Casam – Inadmissibilidade. Sendo obrigatória a ligação de todas as construções habitáveis ao sistema de esgoto não se pode afirmar que tal serviço público é remunerado por tarifa, mas sim por taxa, de natureza tributária, consoante se infere dos arts. 145, II, da Carta Magna e 77 do CTN.”

O Município, pelo Projeto de Lei n.º 78/98, tenta, erroneamente, instituir preço público para remunerabilidade da espécie, quando o correto seria a taxa.

3. Da instituição do preço público

O projeto em análise pretende instituir preço em razão do uso da rede de esgoto.

O preço público ou tarifa constitui remuneração facultativa e negocial, resultante da utilização de serviços da Administração ou de seus delegados ou mesmo de particulares, em transações voluntárias com o Poder Público ou com pessoas de personalidade privada.

Esta remuneração tanto pode ser estabelecida e cobrada pela Administração Pública, como por qualquer particular que aliene ou permita a utilização de seus serviços, mediante uma contraprestação em dinheiro, fixada ou ajustada negocialmente com o interessado no bem ou no serviço.

Vale ressaltar que este preço não depende de lei para sua cobrança e pode resultar tanto de uma fixação unilateral de quem cobra (preço público ou tarifa), como pode ser ajustado entre o Poder Público e o particular, conciliando os respectivos interesses (preço semi privado).

No caso em tela, a pretensão em estabelecer o preço para o uso da rede de esgoto, que será cobrado pela empresa concessionária do serviço público de água e, posteriormente, repassado a quantia arrecadada para o Município, mediante convênio, é totalmente descabida, pois, a citada empresa não oferece um serviço facultativo aos munícipes.

O serviço de rede de esgoto não é mensurável e divisível, sendo impossível estipular um preço X ao cidadão que usufruir deste serviço.

Comissão de Legislação, Justiça e Redação e Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas

A instituição do preço público é inadmissível em razão do serviço de rede de esgoto não ser facultativo, ou seja, o cidadão não requisita individualmente tal serviço quando necessita, pois este serviço deve ser prestado pelo Município à coletividade, não sendo passível de individualização dos seus usuários. O benefício proporcionado por uma rede de esgoto eficiente é extensivo a toda população local e caracteriza-se como essencial à saúde pública, sendo uma tarefa propriamente da alçada da Administração Pública.

Em razão da importância do serviço de saneamento básico e diante da impossibilidade de mensurar e individuar tal serviço é completamente inviável a presente propositura do presente projeto.

III - CONCLUSÃO

O Projeto de Lei n.º 78/98 não apresenta suporte legal para instituir preço público ou tarifa em razão do serviço público de rede de esgoto não ser passível de individualização e não mensurável, que impossibilita a tramitação deste nesta Casa de Leis.


Sala das Reuniões, 21 de dezembro de 1998.




Sebastião Miranda de Resende
Presidente da CFOTC e Relator




Mariosan Rodrigues da Silva
Membro da CFOTC




Cleto Gomes Corrêa
Presidente da CLJR



Anídon Gabriel
Membro da CFOTC



Antônio Mantovanelli
Membro da CLJR



Clodoaldo José Borges
Membro da CLJR